



Prévia da inflação oficial de janeiro perde força e fica em 0,20%

Governo prorroga até março prazo para pedido de ressarcimento do INSS

Página 3

Petrobras reduz em 7,8% preço do gás natural para distribuidoras

Página 4

Bebetecas são espaços para a primeira infância nos CEUs da capital

As Bebetecas são espaços voltados a bebês e crianças de 0 a 3 anos para garantir a convivência, a brincadeira e o desenvolvimento. Atualmente, a Rede Municipal conta com 17 equipamentos deste tipo implantados nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) contribuindo para uma política pública voltada à valorização da primeira infância.

A primeira Bebeteca foi inaugurada em setembro de 2023, no CEU Barro Branco/Cidade Tiradentes. Em 2024, a Rede já contava com 12 unidades em funcionamento, ampliando o acesso das famílias a espaços planejados exclusivamente para bebês e crianças de 0 a 3 anos.

Em 2025, a política avançou com a inauguração de novas Bebetecas no CEU Tiquatira e nos quatro novos CEUs da cidade — Rei Pelé, Papa Francisco, Padre Tição e Silvio Santos — totalizando as 17 unidades atualmente em operação e mais de 5 mil atendimentos ao longo do ano.

No ano passado, a Bebeteca do CEU Freguesia do Ô registrou o maior volume médio de atendimentos, com aproximadamente 770, evidenciando a forte adesão das famílias e o papel estratégico do equipamento na promoção do brincar, das interações e do cuidado integral com bebês e crianças pequenas.

As Bebetecas contam com mobiliário adequado, materiais seguros e propostas que valorizam o brincar, as interações e o vínculo com adultos de referência. A iniciativa dialoga diretamente com o Currículo da Cidade — Educação Infantil, que reconhece o brincar e as interações como eixos centrais do desenvolvimento infantil. Ao estimular experiências sensoriais, motoras, cognitivas e socioemocionais, as Bebetecas contribuem para o desenvolvimento integral das crianças em uma fase marcada pela alta plasticidade cerebral.

As Bebetecas ampliam o direito das crianças à infância, ao brincar e à convivência, além de fortalecer o vínculo das famílias com os CEUs, promovendo cuidado, acolhimento e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida. (Prefeitura de SP)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,21
Venda: 5,21

Turismo
Compra: 5,23
Venda: 5,41

EURO

Compra: 6,24
Venda: 6,24

Detran-SP moderniza exame de CNH, e retira etapa de baliza



Foto: Divulgação/GOV.SP

Esporte

Vitória Silva Araújo e Vinícius da Silva Dias são os campeões Sub-20 da Copa Brasil

Vitória Silva Araújo e Vinícius da Silva Dias, atletas do Praia Clube-CEMIG-Exército-Futel-MG, conquistaram o título dos 10 km Sub-20 da Copa Brasil Loterias Caixa de Marcha Atlética, realizada no domingo (25), em Brasília (DF). A competição nacional foi realizada no mesmo percurso que receberá o Mundial por Equipes, em 12 de abril. Os campeões já estão automaticamente classificados para a principal competição da temporada para os marchadores — as outras três vagas da seleção sub-20 serão definidas pelo ranking brasileiro.

Vitória, que completa 19 anos em 3 de fevereiro, comemorou seu primeiro título da Copa Brasil na categoria Sub-20. Ela concluiu o percurso de 10 km em 56:10. Gabriela da Silva Souza (Corgama-DF), com 56:40, e Iasmin Jesus Silva (CASO-DF), com 58:20, também foram ao pódio.

“A campeã da prova será convocada para o Mundial e essa era a meta da competição hoje. Vim preparada para isso e consegui. Estou muito feliz”, disse a atleta, natural de Campina Grande (PB), que começou na marcha em 2022 por “pura brincadeira” em sua cidade. Agora, ela é treinada por Luis Paulo Ferreira Porto.

Vitória disse que tinha, como estratégia, puxar a prova no início e dar um sprint no final. Mas a tática não foi necessária, uma vez que liderou os 10 km de ponta a ponta. “Por mais que a gente saiba que está bem, fica o nervosismo. Mas, no fim, a prova foi muito boa. Agora é me preparar para o Mundial e também fazer uma boa prova em abril.”

A jovem marchadora disse que “amou” o percurso. “A curva estava boa, a reta estava ótima. Não senti dificuldade de alguma”, disse Vitória, que já representou o Brasil no Pan-Americano Sub-20 de marcha, em 2025, e no Campeonato Sul-Americano Sub-18, em 2024.

A prova masculina sub-20 teve um bicampeão. Vinícius da Silva Dias conquistou seu segundo título nos 10 km com a marca de 49:50. O pódio também teve Samuel Lima Costa (CASO-DF), com 50:10, e Davi Bastos da Silva (Estação Conhecimento Serra-ES), com 50:30.

“Foi uma prova muito estratégica. O dia começou nublado e depois ficou ensolarado, e o percurso tinha subida e descida. Mas fui analisando a prova e o percurso, escutando meu treinador e consegui o bicampeonato”, disse Vinícius, que também é treinado por Luis Paulo Porto.

O jovem marchador, que fará 19 anos em março, disse que passou um mês treinando



Vitória, a campeã dos 10 km sub-20

no Rio de Janeiro, com Luis Paulo e a marchadora olímpica Viviane Lyra. “Fiquei um mês longe da minha família, então, quando entrei na prova, coloquei na cabeça que não estava lutando só por mim, mas também pelos meus pais, minha avó, minha irmã e minha sobrinha.”

Vinícius disse que lembrou do depoimento de Caio Bonfim, no Mundial de Tóquio, contando a distância dos fi-

A conta de luz mais barata foi um dos fatores que ajudaram a prévia da inflação oficial de janeiro perder força e fechar em 0,20%. Em dezembro, o índice havia ficado em 0,25%.

Com o resultado do primeiro mês de 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumulou 4,5% em 12 meses, limite máximo da meta de inflação do governo. Em dezembro, o acumulado era 4,41%.

Os dados foram divulgados na terça-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, dois apresentaram re-

cuo na média de preços na passagem de dezembro para janeiro:

Habituação: -0,26%
Transportes: -0,13%
Educação: 0,05%
Vestuário: 0,28%
Despesas pessoais: 0,28%
Alimentação e bebidas: 0,31%
Artigos de residência: 0,43%
Comunicação: 0,73%
Saúde e cuidados pessoais: 0,81%

Dentro do grupo habitação, a conta de luz recuou 2,91%, sendo o preço que mais puxou a média da inflação do mês para baixo — impacto de -1,2 ponto percentual (p.p.).

Página 3

Doenças afastaram 4,1 milhões de trabalhadores de suas funções em 2025

Página 6

SP deposita mais de R\$ 1,9 bi na conta dos municípios paulistas em ICMS

Página 2

Moraes suspende benefícios de acordo que encerrou greve dos Correios

Página 5

Detran-SP moderniza exame de CNH, e retira etapa de baliza

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) anunciou novas medidas na segunda-feira (26) para facilitar o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). As principais mudanças são a retirada definitiva da etapa de baliza e a possibilidade de realização da prova em veículos com câmbio automático.

Assim, os candidatos que não necessitam de adaptação veicular terão a opção de realizar o exame prático em carros automáticos, que devem ser regularmente cadastrados. A medida reconhece a crescente presença

desse tipo de veículo na frota brasileira e amplia as possibilidades para os candidatos, respeitando os critérios técnicos já adotados nos exames.

A principal alteração no percurso é a retirada definitiva da etapa de baliza. Com isso, o exame passa a concentrar a avaliação na etapa de circulação. O trajeto do exame prático permanece conforme o modelo atualmente praticado, contemplando, entre outros aspectos, as conversões à direita e à esquerda; o uso correto de seta; a realização do procedimento de "parada" em local permitido; bem como a condução

segura e responsável nas demais condições normais de Trânsito.

Mais fácil e mais barato

Os novos motoristas já podem economizar tempo e dinheiro para tirar a CNH em São Paulo com as medidas adotadas para eliminar etapas e reduzir os custos.

Após a publicação da norma

da nova CNH pelo Contran (Conselho Nacional de Trânsito), em 10 de dezembro, o Detran-SP, que já vinha estruturando novo processo para habilitação, imediatamente viabilizou a aplicação do exame teórico em novo formato, a partir da implantação do curso on-line. No novo formato, o exame passou a ter 1 hora de duração e a exigir vinte acertos, não mais 21.

Essa readequação no estado de São Paulo foi feita em tempo

recorde. O Detran-SP foi o primeiro órgão de trânsito do país a ter um candidato aprovado no novo exame teórico, no dia 13 de dezembro, apenas três dias após a publicação da nova portaria sobre a CNH.

Outra medida adotada pelo

Governo de São Paulo para se adequar à Lei da nova CNH foi a redução do valor cobrado para os exames médico e psicológico, limitando em R\$ 90 por exame, realizados somente em clínicas credenciadas. Os valores representam uma queda de 30% e 40%, respectivamente, ao que era praticado. (Governo de SP)

SP deposita mais de R\$ 1,9 bilhão na conta dos municípios paulistas em ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (27) R\$ 1,9 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas pela quarta transferência de recursos do ICMS em janeiro. Esse valor, arrecadado de 19 a 23 de janeiro, já chega aos cofres das prefeituras com desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Já foram realizadas três transferências anteriores, que somaram R\$ 1,47 bilhão, relativos ao ICMS apurado em 2, 5 a 9 de janeiro e de 12 a 16 de janeiro. Com esse quarto repasse, o valor acumulado enviado pela Sefaz-SP às administrações municipais chega a R\$ 3,37 bilhões neste primeiro mês de 2026.

Repasse de ICMS

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos



Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS

valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de

pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco

períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital : em 1993 Gilberto Kassab (no PL) assumiu como vereador e logo mostrou quem seria na política. Foi deputado estadual, federal e prefeito (reeleito). Em 2011 refundou o PSD

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital : Celso Pitta foi o 1º preto eleito prefeito [por Paulo Maluf em 1996]. Já o 1º preto da história, nomeado prefeito pelo governador Adhemar de Barros [1947 - 1948] foi Paulo Lauro

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias dos 472 anos da capital : quando a sede da ALESP ainda era no Parque D. Pedro 2º, o deputado Jânio Quadros escalou pra prefeitura da capital, governador do Estado, deputado federal e presidente do Brasil

GOVERNO (São Paulo)

O conselheiro Dimas Ramalho (TCE SP) segue publicando [na imprensa] artigos como "a conta impagável das bets". Trata dos lobbies do que chama de "cassinos de bolso no Brasil", que arrebentam com muitas famílias

CONGRESSO (Brasil)

No Senado e na Câmara Deputados(as), muitos(as) parlamentares do MDB já comemoram pela possível saída da ex-senadora e atual ministra [do Lula] Simone Tebet. Dizem que não terá futuro em SP

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Seja qual for o candidato [das centro-direitas] que for ao 2º turno 2026, terá um apoio importante : o governador gaúcho (ex-PSDB no PSD) Eduardo Leite pedirá votos pros(as) LGBTs e demais letras da diversidade sexual

PARTIDOS (Brasil)

É forçar demais a barra o PT [do Lula] querendo Fernando Haddad dispute novamente o governo (SP) em 2026. Então prefeito paulistano, não foi reeleito em 2016 e candidato a governador (SP) não foi eleito em 2022

JUSTIÇAS (Brasil)

O caso dos crimes bilionários dos "sócios" do "banco" Master já extrapola as ações nas Justiças. No caso de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a pergunta da hora é "quem tem medo de Daniel Vrcorac entregará?"

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Nós o amamos porque ele nos amou primeiro" 1 João 4:19

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Linha 17-Ouro na reta final: conheça a estação Morumbi, que dará acesso aos trens da Linha 9-Esmeralda

Uma das principais estações da Linha 17-Ouro, a futura estação Morumbi está próxima da conclusão, com 99% das obras civis executadas. Localizada na zona sul, vai proporcionar conexão com a Linha 9-Esmeralda e acesso direto à ciclovia do rio Pinheiros.

A estação já tem pronta as estruturas principais, como a cobertura, acessos e áreas de circulação, além das portas de plataforma, escadas rolantes, elevadores e equipamentos de acessibilidade. Os trabalhos atuais se concentram no acabamento externos e internos, como a aplicação da identidade visual e sinalização adequada, além da instalação do piso tátil e projeto paisagístico externo, que inclui as vias de entrada para a ciclovia.

Para o coordenador de Obras da Linha 17-Ouro, Luiz Henrique Altopiedi, o alto percentual de conclusão já é visível. "A estação Morumbi comprova o avanço em função de várias coisas que vemos aqui, como lixeiras, bancos de plataforma, todas as caxilhas, guarda-corpo e todos esses tipos de fechamento. Então, a estação realmente está bastante avançada", destaca o coordenador.

Para que a Morumbi esteja pronta até o fim de março, quando a linha será aberta aos passageiros, o Metrô trabalha também na implantação dos sistemas e

iniciou em janeiro a instalação da linha de bloqueio (catracas) que será concluída até o fim do mês para o início dos testes.

"Nós já estamos na parte de conclusão de todos os sistemas da estação. O de alimentação elétrica está praticamente concluído, agora estamos focando nos sistemas auxiliares e telecom. Auxiliares são os sistemas de escada rolante, elevador, iluminação e tomada, sistemas de bomba", informa Fernando Sapia, coordenador de Implantação de Sistemas da Linha 17-Ouro.

As atividades também são feitas nos testes dos sistemas de comunicação e sinalização, que envolvem os equipamentos internos da estação, bem como os equipamentos de via. Essas aferições também servem para preparar o trecho para receber os trens.

Ao todo, a Morumbi terá 8 mil m² de área construída, distribuídos entre plataforma de embarque, mezanino e acessos, área de conexão e passarelas, com oito escadas rolantes, quatro elevadores e 10 bloqueios, garantindo conforto e acessibilidade. A estação já foi projetada para atender uma demanda superior a 25 mil passageiros por dia útil, contará com bicicletário para 120 vagas e conexão direta à ciclovia da Marginal Pinheiros, incentivando o uso de bicicletas.

O entorno também terá baias



Metrô trabalha também na implantação dos sistemas e iniciou em janeiro a instalação das catracas

para integração com linhas de

ônibus, ampliando as opções de deslocamento e a estação será um elo estratégico entre a Linha 17-Ouro e a rede sobre trilhos com conexão direta à Linha 9-Esmeralda, facilitando o acesso a regiões como Pinheiros, Santo Amaro e Osasco. Essa integração também vai conectar o Aeroporto de Congonhas à malha metroferroviária, fortalecendo a mobilidade entre as principais regiões da cidade.

Outro destaque da linha é o projeto com soluções sustentáveis, onde todas as estações contam com uma estrutura que valoriza a ventilação e ilumina-

ção natural, assim como a captação de água pluvial para irrigação e limpeza.

Com a operação prevista para março de 2026, a Linha 17-Ouro vai ligar o Aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária, beneficiando cerca de 100 mil passageiros por dia. Com oito estações, 6,7 km de extensão e uma frota exclusiva de trens, o novo monotrilho vai reduzir o tempo de deslocamento e ampliar a integração com outros modos, fortalecendo a mobilidade urbana na cidade. Ao todo, 8 trens já foram entregues no Pátio Água Espraiada, na zona sul de São Paulo. (Governo de SP)

Concessão da Estrada de Ferro de Campos do Jordão prevê trilha cicloviária turística

O Governo de São Paulo avançou com a estruturação da concessão da Estrada de Ferro de Campos do Jordão, que prevê, entre as inovações do projeto, a implantação de um rail-trail – trilha para bicicletas integrada à faixa de domínio da ferrovia. A iniciativa busca fortalecer o turismo regional, com foco no turismo rural e de aventura, atendendo a solicitações dos municípios de Campos do Jordão e Pindamonhangaba.

O rail-trail ligará Eugênio Le-

gaba, com a manutenção de uma trilha para bicicletas ao longo do trecho da estrada de ferro. O objetivo é oferecer mais uma opção de mobilidade, mais lazer e incentivar o esporte. Estimulando o acesso direto com a natureza e a cultura local, por meio de um corredor verde seguro e acessível para atividades ao ar livre.

Para a segurança do percurso, o projeto prevê transposições de cursos d'água e de trechos rodoviários existentes e a implantação de infraestruturas sobre os trilhos atuais para garantir a con-

tinuidade da trilha. Também está prevista a instalação de guardacostas, assegurando proteção aos ciclistas, especialmente nos pontos de transposições.

A proposta integra o Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro Campos do Jordão e envolve a concessão da ferrovia por um prazo de 24 anos. Estão previstos investimentos estimados em R\$ 315 milhões, destinados à modernização, operação e reforma da linha férrea, incluindo trilhos, trens históricos e equipamentos. O projeto contempla

ainda a revitalização e reabertura do Parque Reino das Águas Claras, ampliando o potencial turístico da região.

Com a integração entre ferrovia histórica, equipamentos turísticos e infraestrutura cicloviária, a concessão da Estrada de Ferro Campos do Jordão pretende impulsionar o desenvolvimento regional sustentável, diversificar a oferta turística e estimular a economia local, conectando municípios e valorizando os atrativos naturais e culturais do Vale do Paraíba. (Governo de SP)

Prévia da inflação oficial de janeiro perde força e fica em 0,20%

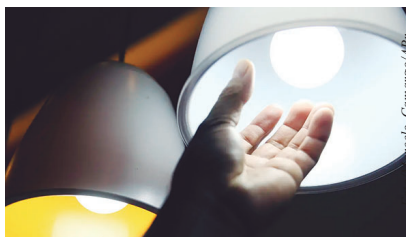
A conta de luz mais barata foi um dos fatores que ajudaram a prévia da inflação oficial de janeiro perder força e fechar em 0,20%. Em dezembro, o índice havia ficado em 0,25%.

Com o resultado do primeiro mês de 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumula 4,5% em 12 meses, limite máximo da meta de inflação do governo. Em dezembro, o acumulado era 4,41%.

Os dados foram divulgados na terça-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, dois apresentaram recuo na média de preços na passagem de dezembro para janeiro:

Habitação: -0,26%
Transportes: -0,13%
Educação: 0,05%



Vestuário: 0,28%
Despesas pessoais: 0,28%
Alimentação e bebidas: 0,31%

Artigos de residência: 0,43%
Comunicação: 0,73%
Saúde e cuidados pessoais: 0,81%

Dentro do grupo habitação, a conta de luz recuou 2,91%, sendo o preço que mais puxou a mé-

dia da inflação do mês para baixo — impacto de -1,2 ponto percentual (p.p.).

A explicação está na mudança da bandeira tarifária, determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que passou de amarela para verde.

Em dezembro estava em vigor a bandeira amarela, com a cobrança adicional de R\$ 1,885

a cada 100 quilowatt-hora (Kwh) consumidos. Já em janeiro, a verde não tem custo adicional para os consumidores.

Avião e ônibus

Nos grupos transportes, a queda foi influenciada principalmente pela passagem aérea, que ficou 8,92% mais barata, em média.

Também exerceram impactos os ônibus urbanos (-2,79%). Em Belo Horizonte, por exemplo, a adoção da tarifa zero aos domingos e feriados derrubou a passagem em 18,26%.

Já os combustíveis subiram 1,25% e contribuíram para a inflação, com as altas de 3,59% no etanol, 1,01% na gasolina, 0,11% no gás veicular e 0,03% no óleo diesel.

No caso da gasolina, o impacto representou 0,05 p.p., o maior de todo o IPCA-15.

Para o próximo mês, no entanto, a expectativa é de recuo, uma vez que a Petrobras, maior produtora de gasolina no país, anunciou recuo de 5,2% no preço do combustível vendido às distribuidoras, a partir desta terça-feira.

Alimentos

O preço dos alimentos e bebidas subiu 0,31% em janeiro, representando aceleração em relação ao 0,13% de dezembro. A alimentação no domicílio interrompeu uma sequência de sete meses de queda, subindo 0,21%. As maiores influências foram:

tomate (16,28%);
batata-inglesa (12,74%);
frutas (1,65%);
carnes (1,32%).

Na outra ponta, leite longa vida (-7,93%), arroz (-2,02%) e café moído (-1,22%) impediram inflação maior.

Prévia x mês fechado

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de

meta de inflação do governo: 3% no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 13 de dezembro de 2025 a 14 de janeiro de 2026.

Amos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários-mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621.

O IPCA-15 coleta preços em 11 localidades do país (regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, do Rio de Janeiro, de Salvador e São Paulo). Já o IPCA, pesquisa em 16 localidades (acrescenta Aracaju, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Vitória). O IPCA cheio de janeiro será divulgado em 10 de fevereiro. (Agência Brasil)

Governo prorroga até março prazo para pedido de ressarcimento do INSS

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o ressarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o órgão, a decisão pretende garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro. Em nota, o INSS informou que mantém contato diário com a Dataprev, esta-

tal responsável pela tecnologia da informação da Previdência Social, cobrando explicações e providências.

A Dataprev comunicou ao INSS que fará uma manutenção que deixará os sistemas indisponíveis a partir desta terça-feira (27) até domingo, 1º de fevereiro. De acordo com o balanço mais recente do INSS, cerca de 4,2 milhões de beneficiários já foram ressarcidos, em valores que somam R\$ 2,8 bilhões, de um total de R\$ 6,2 bilhões de contestações de cobranças. O governo estima, no entanto, que

ainda existam 850 mil aposentados e pensionistas aptos a solicitar a devolução.

O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o INSS e entidades associativas. As investigações levaram ao afastamento de parte da cúpula do instituto em abril.

A prorrogação busca assegurar que todos os lesionados pelo

esquema possam recuperar os valores de forma simplificada e sem necessidade de ação judicial.

Como pedir a devolução

Os beneficiários podem abrir pedidos de ressarcimento pelos canais oficiais do INSS:

Aplicativo ou site Meu INSS, com login no Portal Gov.br; Telefone 135, com atendimento gratuito de segunda a sábado, das 7h às 22h;

Agências dos Correios, que oferecem suporte gratuito em mais de 5 mil unidades. (Agência Brasil)

Faltam trabalhadores qualificados para transição energética, dizem especialistas

A corrida global rumo à economia de baixo carbono enfrenta um obstáculo que vai além do financiamento ou da tecnologia: a falta de braços e cérebros.

Durante a Global Labor Market Conference, evento sobre mercado de trabalho que terminou na terça-feira (27) em Riade, na Arábia Saudita, especialistas e CEOs alertaram para o fato de que já existe escassez de mão de obra para a transição energética.

O alerta mais pragmático veio do setor produtivo. Frank Bozich, CEO da multinacional química Trinseo, destacou que setores essenciais para a sustentabilidade, como a reciclagem de plásticos de engenharia, são bastan-

te intensivos em mão de obra.

“O grande problema que temos nesse processo de reciclagem é a escassez de mão de obra, porque nossa força de trabalho está encolhendo e precisamos repor aqueles que se aposentam”, afirmou Bozich.

Para o professor Reza Daniels, da Universidade de Stellenbosch, que é estudioso do tema, um trabalhador do setor de carvão não se torna um técnico em energia solar da noite para o dia, já que isso exige o desenvolvimento de novas capacidades industriais de forma acelerada.

“Se você está mudando para uma energia mais limpa, quais são as cadeias de valor que provavelmente se desenvolverão ali?”

É preciso que isso seja pensado. Pode haver escassez de habilidades nelas agora, mas, com um horizonte de tempo maior, é possível planejar o processo de requalificação”, afirmou.

Essa discrepância entre a ambição das políticas climáticas e a realidade do mercado de trabalho foi traduzida em números por Herwig Immervoll, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Citando o caso da Arábia Saudita, ele mencionou que apenas 30% dos engenheiros necessários para as tecnologias verdes previstas no programa governamental “Visão 2030” estão atualmente no processo de serem formados.

“A questão é: quem vai preencher essas vagas?”, questionou Immervoll. Ele destacou que o mundo vive uma “realocação em massa”, e que pela primeira vez na história o setor elétrico já emprega mais pessoas do que o de combustíveis fósseis. O emprego global em energia, disse, cresce no dobro da velocidade do emprego geral.

Para o especialista da OCDE, a solução exige que governos parem de “correr atrás do prejuízo” e criem instituições de requalificação. “Inovação é a chave. Precisamos de intervenções proativas para que os trabalhadores não fiquem esperando em meio ao caos quando as mudanças acontecerem.” (Folhapress)

STF suspende pagamento de vale-peru de R\$ 2.500 a empregados dos Correios determinado pelo TST

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu uma liminar para suspender o pagamento de um crédito extra de fim de ano aos empregados dos Correios. O repasse do chamado “vale-peru” havia sido determinado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) em dissídio coletivo, contrariando posição da empresa.

Moraes também suspendeu outras três cláusulas do acordo de trabalho que eram mais generosas do que os direitos garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A decisão atende a um pedido da empresa, que passa por uma reestruturação e alegou que as medidas poderiam ter um impacto financeiro próximo a R\$ 2 bilhões.

As demais cláusulas suspensas são as que garantiriam gratificação de 70% nas férias (acima dos 33% assegurados pela CLT) e hora tripla aos finais de semana e feriados (ou seja, um adicional de 200%, quando a legislação garante 100%).

Moraes ainda afastou o dispositivo que mantinha os Correios como mantenedor do plano de saúde, sendo responsá-

vel por todos os riscos da operação e por eventuais débitos que surtiem — o que representa uma fonte potencial de custos crescentes, dado o perfil etário dos beneficiários. É diferente de ser um patrocinador, que faz contribuições ao plano, mas não arca com o risco da operação.

A manutenção da cláusula poderia atrapalhar a implementação de medidas do plano de reestruturação da companhia, que prevê justamente a reformulação do plano de saúde.

Segundo os Correios, só o vale-peru representaria um custo extra de R\$ 197,2 milhões. Pelo dissídio aprovado pelo TST, o crédito de R\$ 2.500 seria pago em duas parcelas, uma de R\$ 1.000 em setembro de 2025 e outra de R\$ 1.500 até o quinto dia útil de janeiro de 2026. A Folha de S.Paulo apurou que o plano não chegou a desembolsar os valores.

A cláusula também previa o pagamento de uma folha de vale-refeição extra para funcionários com remuneração de até R\$ 7.300 mensais, pelo período referente a agosto a dezembro de 2025. Esse trecho geraria um custo adicional de R\$ 16,1 milhões.

O artigo sobre o plano de saúde traria o maior prejuízo à empresa. Segundo os Correios, sua permanência como mantenedor representaria um custo anual extra de R\$ 1,45 bilhão, além de impor uma obrigação de benefício pós-emprego mediante o provisionamento de R\$ 2,7 bilhões no balanço da empresa até setembro de 2025.

A cláusula da hora extra tripla, por sua vez, teria um custo anual de R\$ 17 milhões na folha de pagamento, considerando o período de agosto de 2025 a julho de 2026.

Já o dispositivo sobre a gratificação de férias geraria impacto de R\$ 272,9 milhões, segundo a empresa.

Os Correios alegaram que o TST aprovou o dissídio coletivo com “cláusulas que exorbitam sobremaneira o poder normativo da Justiça do Trabalho” ao admitir benefícios que só poderiam ser renovados mediante negociação.

Moraes acolheu os argumentos da companhia e ressaltou que o STF já declarou inconstitucional o chamado princípio da ultratividade, segundo o qual cláusulas de acordos coletivos expirados são incorporadas aos

contratos vigentes quando não há novo acordo coletivo.

“Todas essas alegações sinalizam indevida extrapolação do poder normativo da Justiça do Trabalho, de modo que se mostra demonstrada a plausibilidade do direito invocado”, afirmou Moraes, que proferiu a decisão no exercício da presidência do STF, durante viagem do ministro Edson Fachin.

“Quanto ao risco de dano, demonstrou-se detalhadamente na inicial o elevado impacto financeiro da implementação de cada parcela, bem como a periculante situação financeira por que passa a empresa requerente”, acrescentou.

No fim do ano passado, os Correios contrataram um empréstimo de R\$ 12 bilhões obtidos no fim de 2025 junto a cinco bancos — dois deles controlados pelo governo federal — para tocar seu plano de reestruturação, que inclui medidas para conter as despesas com pessoal.

A empresa ainda precisa de outros R\$ 8 bilhões neste ano, que poderão ser levantados por meio de nova operação de crédito ou aporte do Tesouro Nacional. (Folhapress)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Segurança Privada e Pública: Uma Cooperação Necessária

Por Nicholas Maciel Merlone

A segurança é direito fundamental assegurado pelo art. 5º, caput, e art. 6º da Constituição Federal de 1988, constituindo dever do Estado e responsabilidade de todos. Todavia, a crescente complexidade das ameaças à ordem pública e à incolumidade patrimonial tornou evidente que o aparato estatal não pode atuar de forma isolada. É nesse contexto que a segurança privada emerge não como substituta, mas como parceira estratégica da segurança pública.

O art. 144 da Constituição Federal estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. A expressão “responsabilidade de todos” fundamenta constitucionalmente a atuação complementar da iniciativa privada, regulamentada pela Lei Federal nº 14.967/2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras no Brasil.

A cooperação entre essas esferas fortalece o sistema de segurança como um todo. Enquanto as forças policiais concentram-se nas atividades típicas de Estado: investigação, repressão qualificada e manutenção da ordem pública, a segurança privada atua preventivamente em espaços privados de uso coletivo, protegendo patrimônios e complementando a vigilância urbana. Essa divisão racional de funções otimiza recursos e amplia a efetividade do sistema protetivo.

Sob a ótica penal, a atividade de segurança privada subordina-se aos limites impostos pelo Código Penal e pela legislação especial. O vigilante, embora não seja agente público, está vinculado aos princípios da proporcionalidade e da legalidade. O exercício arbitrário das próprias razões (art. 345, CP), o constrangimento ilegal (art. 146, CP) e o abuso de autoridade configuram condutas criminosas também no âmbito privado. A Lei Federal nº 13.869/2019 reforça a vedação ao abuso, exigindo que qualquer intervenção em direitos fundamentais observe os limites legais.

A dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III da CF/88) impõe, ainda, que a segurança pública ou privada jamais se exerça com desrespeito aos direitos fundamentais, observando e garantindo a integridade física e psíquica dos indivíduos. Revistas abusivas, discriminação, uso desproporcional da força e violação da privacidade configuram lesões constitucionais graves. A cooperação eficiente exige, portanto, formação técnica adequada, controle rigoroso e *accountability* de ambos os setores.

Em um Estado Democrático de Direito, a segurança não pode prescindir da colaboração entre poder público e iniciativa privada. O modelo cooperativo aumenta a presença preventiva, reduz a sobrecarga policial e contribui para a contenção da criminalidade sem sacrificar garantias individuais. Entretanto, essa sinergia exige regulamentação clara, fiscalização efetiva e compromisso ético permanente com os direitos humanos, evitando que a delegação privada se transforme em mercantilização da segurança ou em espaço de arbítrio, inclusive, promovendo a atualização e aprimoramento constante dos profissionais de segurança, com condições dignas de trabalho e também remunerações adequadas.

A sociedade que deseja ser simultaneamente livre e segura deve construir pontes institucionais entre seus sistemas de proteção, sempre sob o primado da lei e o respeito incondicional à dignidade humana. Somente assim a segurança cumprirá sua função constitucional: garantir direitos humanos, não suprimi-los.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista e Escritor.
Instagram: @nicholasmerlone | Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Após ganhar fama com quadriciclos, marca chinesa investe em motocicletas no Brasil

STF: André Mendonça mantém prisão do Careca do INSS

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na terça-feira (27) manter a prisão do empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS.

Antunes é um dos investigados na Operação Sem Descuento, da Polícia Federal (PF), deflagrada no ano passado para investigar descontos indevidos de mensalidades associativas nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele está preso desde setembro do ano passado no presídio da Papuda, em Brasília.

De acordo com as investigações, o empresário operava empresas de fachada para desviar as mensalidades recebidas irregularmente por associações de aposentados. Durante a operação, a PF apreendeu carros de luxo, como BMW e Porsche, em endereços ligados a Antunes.

No ano passado, em depoimento prestado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, o empresário negou participação nos desvios de mensalidades de aposentados e disse que vai entregar à Polícia Federal documentos para comprovar a legalidade de suas atividades. (Agência Brasil)

Petrobras reduz em 7,8% preço do gás natural para distribuidoras

A Petrobras anunciou na terça-feira (27) corte de 7,8% no preço do gás natural vendido às distribuidoras de gás encanado do país. Os novos preços passam a valer no dia 1º de fevereiro, e o repasse ao consumidor final depende dos contratos de concessão de cada estado.

O gás natural é importante insumo industrial e é usado também por residências e comércio em estados que têm rede de distribuição do combustível. O uso no transporte, setor em que é conhecido como GNV (gás natural veicular), também é relevante.

Os contratos de venda de gás da Petrobras para distribuidoras prevêm reajustes trimestrais de acordo com a variação dos preços internacionais do petróleo. No início de 2026, alguns contratos passaram a ser indexados pelo preço do gás natural no principal ponto de venda do produto nos Estados Unidos.

O novo indexador foi proposto pela estatal ainda em 2021, com o objetivo de oferecer um contrato com maior previsibilidade do que aqueles que variam de acordo com os preços do petróleo. Na época, o preço do gás no Brasil disparava com a recuperação do petróleo após o período mais duro da pandemia.

Pouco antes da divulgação dos novos contratos, a Petrobras havia anunciado aumento médio de 39% no preço de venda às distribuidoras para o trimestre entre maio e julho, movimento que teve grande peso também da desvalorização cambial.

O percentual foi considerado

"inadmissível" pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). "Que contratos são esses? Que acordos foram esses? Foram feitos pensando no Brasil?", questionou ele na ocasião.

Em nota, a Petrobras ressaltou que "o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo preço de venda da molécula pela companhia, mas também pelo custo do transporte até a distribuidora, pelo portfólio de suprimento de cada distribuidora, assim como por suas margens".

Em alguns estados, como São Paulo, o repasse é feito na data de aniversário do contrato. No Rio de Janeiro, por outro lado, é imediato. Responsável pela distribuição no estado, a Naturgy informou que as tarifas cairão até 12,5% (valor par apostos de GNV na região metropolitana da capital).

Clientes residenciais terão corte médio de 4,4%. Para o comércio o corte varia entre 4,6% e 5,2%, e para a indústria, de 10,2% a 11,6%.

"A redução vai beneficiar cerca de um milhão de clientes nos mercados residencial, comercial, industrial e GNV. Hoje, o Rio de Janeiro é líder em GNV no país, com aproximadamente 1,7 milhão de veículos leves convertidos e mais de 700 postos instalados", disse a companhia.

A Petrobras afirmou que, desde dezembro de 2022, a redução acumulada no preço do gás natural às distribuidoras é de 38% incluindo o efeito da redução de fevereiro. (Folhapress)

A chinesa CFMoto é conhecida no Brasil por seus quadriciclos voltados para o uso recreativo, que são usados em fazendas e competições. Agora, a marca entra no segmento de motocicletas, com início das vendas previsto para este semestre.

A produção será no Polo Industrial de Manaus no regime CKD (os veículos chegam ao país parcialmente montados). Será a única unidade fabril fora da China, segundo a empresa.

No ano passado, o público teve os primeiros contatos com a marca no Festival Interlagos, em São Paulo, e no Capital Week, em Brasília. Uma das opções é a CL-C450 Bobber, que tem estilo clássico, mas com tecnologias modernas.

A motocicleta vem com painel digital redondo com tela TFT (sigla em inglês para transistor de película fina), iluminação por LEDs e retrovisores do tipo "ponta de guidão".

Há alguns recursos conectados, como o aplicativo CFMoto Ride. O sistema é integrado ao Google Maps e armazena o histórico de rotas, além de permitir interação entre os motociclistas que possuem modelos da marca. A funcionalidade T-Box permite consultar a localização do veículo em tempo real.

Apesar da má fama do banco único, que costuma ser mais rígido, a moto chinesa traz um assento bem acolchoado, que está a 70,5 cm de altura do solo. A posição de pilotagem é confortável, e as pedaleiras recuadas facilitam as trocas de marchas. Enfrentar curvas não é da natureza das motos de estilo cruiser, mas a CL-C450 Bobber vai bem nas inclinações, com boa distribuição de peso. Seus pneus largos tanto na traseira quanto na dianteira dão estabilidade e um estilo que remete às motocicletas do fim da década de 1940.

O motor de 450 cm³ (43,7 cv de potência) gira suave e vibra pouco em altas rotações. A refrigeração é líquida, o câmbio é de seis velocidades e a transmissão é feita por correia dentada. Há ainda embreagem deslizante e controle de tração.

pelo acórdão do Tribunal, que recomendou realizar o leilão do Tecon 10 em duas fases, proibindo a participação de qualquer armador na rodada inicial.

Foi uma decisão ainda mais restritiva do que a proposta pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). A modelagem da reguladora era favorável também ao certame faseado, mas excluindo da primeira apenas armadores que atualmente sejam donos de terminais em Santos: Maersk, MSC e CMA CGM.

O Ministério de Portos e Aeroportos, diante da pressão de operadores internacionais, já adiou repetidas vezes o leilão. O prazo atual é que aconteça em abril. Para isso, o edital tem de ser publicado no Diário Oficial em março. São necessários 30 dias úteis depois disso para que a B3 realize a concessão.

Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), ministro de Portos, disse que o governo respeitaria integralmente a recomendação do TCU.

"A Cosco entende que o TCU somente poderia cancelar cláusulas restritivas de participação quando lastreadas em estudos concorrenciais robustos do SBDC [Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência] que demonstrem, no caso concreto, que não há alternativas menos gravosas", afirma o pedido chinês.

A companhia chinesa argumenta que o Cade já havia concluído que a verticalização [quando a mesma empresa é dona do navio, do terminal e faz a movimentação das cargas] não é suficiente para intervenção de autoridades antitruste. Afirma que a entrada de armadores sem ativos em Santos não elevaria a concentração de mercado, ampliaria a competição entre terminais e potencializaria eficiência logística.

Quando o edital for publicado, a realização do leilão será contestada na Justiça por MSC e Maersk. Os dois armadores europeus consideram que as restrições não foram debatidas em audiência pública e não se justificam. Eles desejam leilão em apenas uma fase, liberado para todos os interessados.

Na traseira, as luzes de freio são integradas às das setas, enquanto o escape tem duas saídas. O para-lama deixa parte da roda e do pneu à mostra.

As motocicletas bobber surgiram nos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Soldados que voltavam para casa compravam motos militares e removiam todo o peso possível. O termo vem de "bobbing", que significa cortar ou encurtar.

No caso do modelo montado pela CFMoto, a sigla CL-C significa "cool life cruising", algo como "viver viajando numa boa". Seu preço ainda não foi definido, mas deve ficar entre R\$ 39 mil e R\$ 41 mil. Duas cores estão disponíveis: branca (Ivory White) e preta (Nebula Black).

As principais concorrentes dessa novidade de origem chinesa são a Kawasaki Eliminator 500 (R\$ 40.490), a Triumph Speed 400 (R\$ 30.490) e as Royal Enfield Shotgun 650 (R\$ 33.490) e Super Meteor 650 (R\$ 34.990).

Perto de iniciar as vendas no país, a CFMoto já definiu os locais de suas primeiras concessões

onárias de motocicletas. A princípio, serão cinco lojas, sendo que duas estarão no estado de São Paulo: uma na capital (Vila Leopoldina, zona oeste) e outra no interior, em Piracicaba.

O Rio Grande do Sul terá outras duas revendas, nas cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul. A quinta loja será instalada em Curitiba.

Rio, Florianópolis, Belo Horizonte e Goiânia estão na segunda fase do plano de expansão, que na sequência deverá chegar às capitais do Nordeste. Contudo, ainda não há datas definidas para os próximos passos.

A CFMoto é líder no mercado chinês de motos de média e alta cilindrada (acima de 200 cm³). Para reverter a desconfiança do público em relação aos modelos chineses, a empresa tem parceria com a marca austríaca KTM.

A montadora também investe em fornecedores globais, com freios da espanhola J. Juan (grupo Brembo), suspensão da japonesa KYB e eletrônica desenvolvida pela alemã Bosch. (Folhapress)

Gigante chinês pede para Cade intervir em leilão de megaterminal em Santos

Em um gesto de pressão política, a armadora chinesa Cosco protocolou pedido para que o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) se manifeste quanto ao leilão do Tecon 10, o megaterminal do porto de Santos.

A multinacional, interessada na concessão do ativo, quer que a autarquia federal reafirme não haver preocupação concorrencial em uma eventual integração vertical do novo terminal: assegure a "desnecessidade de se impor limitação à participação de armadores, notadamente os não incumbentes no porto de Santos"; e ressalve a própria competência e prerrogativa para analisar os efeitos concorrenciais da eventual vitória de um armador.

A reportagem questionou o Cade sobre o assunto, mas não houve resposta até o momento.

Trata-se da segunda ofensiva do gigante chinês sobre o leilão. Neste mês, ele já havia enviado solicitação de revisão ao TCU (Tribunal de Contas da União).

A Cosco foi uma das empresas estrangeiras surpreendidas

pelos estudos concorrenciais robustos do SBDC [Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência] que demonstrem, no caso concreto, que não há alternativas menos gravosas", afirma o pedido chinês.

A companhia chinesa argumenta que o Cade já havia concluído que a verticalização [quando a mesma empresa é dona do navio, do terminal e faz a movimentação das cargas] não é suficiente para intervenção de autoridades antitruste. Afirma que a entrada de armadores sem ativos em Santos não elevaria a concentração de mercado, ampliaria a competição entre terminais e potencializaria eficiência logística.

Quando o edital for publicado, a realização do leilão será contestada na Justiça por MSC e Maersk. Os dois armadores europeus consideram que as restrições não foram debatidas em audiência pública e não se justificam. Eles desejam leilão em apenas uma fase, liberado para todos os interessados.

Para o TCU, há uma saída honrosa para o governo federal. O Tribunal não considerou ilegal a modelagem da Antaq. A corte não contestaria caso a restrição se aplicasse apenas aos atuais donos de terminais em Santos, como deseja a Cosco.

honoraria para o governo federal. O Tribunal não considerou ilegal a modelagem da Antaq. A corte não contestaria caso a restrição se aplicasse apenas aos atuais donos de terminais em Santos, como deseja a Cosco.

QUE É O TECON 10

O megaterminal será instalado em uma área no bairro do Sabão, em Santos, de 622 mil metros quadrados. O projeto é que seja multipropósito, movimentando contêineres e carga solta. O vencedor do leilão será definido pelo modelo da maior outorga: ganha quem oferecer mais dinheiro pelo direito de construí-lo e operá-lo.

A capacidade vai chegar a 3,5 milhões de TEUs por ano (cada TEU representa um contêiner de 20 pés, ou cerca de 6 metros). Será o maior terminal do tipo no país.

Serão quatro berços, como são chamados os locais de atracação do navio para embarque e desembarque. A previsão de investimento nos 25 anos de concessão pode chegar a R\$ 40 bilhões. (Folhapress)

Ministério do Trabalho criará regra para prestação de contas de entidades do Sistema S

A pedido do TCU (Tribunal de Contas da União), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instituiu um grupo de trabalho para criar um sistema de prestação de contas dos valores recebidos pelas confederações e federações patronais do Sistema S.

As entidades patronais da indústria e do comércio recebem cerca de R\$ 1,6 bilhão por ano em recursos públicos do Sesi, Senai, Sesc e Senac para gerir o Sistema S. Esse valor não tem prestação de contas e financia mais de 70% das suas operações.

Por considerar que as contribuições são recurso público e que, portanto, devem ser auditadas em caso de denúncia, o tribunal recomendou, em um acórdão publicado no ano passado, que o governo crie regras de transparência para confederações e federações.

Para atender a esse pedido, um grupo de trabalho composto por técnicos da pasta foi criado pelo MTE em 21 de outubro de 2025. O prazo para concluir a elaboração desses parâmetros venceu nesta quarta-feira (21), e foi prorrogado por mais 90 dias.

Os repasses recebidos pelas entidades patronais variam entre 1% a 7% do total das contribuições, dependendo da instituição, e têm origem nos cerca de R\$ 30 bilhões anuais que os serviços sociais recebem em contribuições compulsórias da folha de pagamento de trabalhadores.

As contribuições represen-

tam até 2,5% da folha, são pagas pelas empresas e têm como objetivo financiar serviços essenciais de educação profissional, saúde, cultura, lazer e apoio ao empreendedorismo oferecidos pelo Sistema S.

Fontes que participam das discussões apontam que o primeiro passo na direção de mais transparência seria a segregação contábil entre os recursos recebidos pelas federações e confederações do Sistema S e outras fontes de financiamento.

Além disso, para que esse tipo de auditoria seja possível em caso de denúncia, seria necessária a definição de qual é a finalidade desses recursos, que são recebidos pelas entidades a título de taxa de administração superior, ou seja, de gestão dos serviços do Sistema S.

Esse é um dos principais pontos em debate, já que as instituições possuem recursos consideráveis para fazer autogestão. O departamento nacional do Sesi (Serviço Nacional da Indústria), por exemplo, contou com um orçamento de R\$ 1,1 bilhão em 2024 para gerir o serviço, mesmo após descontadas as transferências a seus órgãos regionais.

Nesse sentido, um exemplo considerado positivo é o do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que não financia uma entidade superior e tem sua gestão realizada por um conselho não remunerado.

Os valores repassados são significativos. O Sesi, que além das confederações e federações também possui um Conselho Nacional, transferiu R\$ 761 milhões a entidades patronais e ao conselho em 2024.

O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a outra entidade do Sistema Indústria, repassou R\$ 174 milhões à CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a federações, segundo dados levantados pela reportagem nos relatórios de gestão das instituições do Sistema S.

No caso dos serviços do comércio, o Sesc (Serviço Social do Comércio) e o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) repassaram R\$ 455,5 milhões e R\$ 262,9 milhões à CNC (Confederação Nacional do Comércio) e federações, respectivamente, no ano retrasado.

Somadas, as confederações e federações da indústria e do comércio receberam R\$ 1,6 bilhão em recursos em 2024.

"Um pedaço do Sistema S é abocanhado pelos sindicatos patronais, que possuem monopólio e recebem esse dinheiro que é um tributo da sociedade. E não prestam contas sobre isso", aponta o economista Marcos Lisboa, ex-presidente do Insuper e ex-secretário de Política Econômica.

De acordo com pessoas ouvidas pela reportagem, o montante repassado representa mais de 70% das fontes de recursos das entidades patronais, o que faz

com que o recolhimento para formação técnica e lazer dos funcionários acabe financiando a estrutura de sindicatos patronais.

Lisboa lembra que estudos internacionais indicam que contribuições compulsórias têm como efeito a redução dos salários. Segundo ele, quem acaba pagando essa conta, de forma indireta, são os trabalhadores.

"Esse tributo incide sobre a folha salarial. A incidência legal é sobre a empresa, mas a incidência econômica é sobre a renda, e há vários estudos que mostram isso. Quando as contribuições são reduzidas, o salário dos trabalhadores aumenta", diz o economista.

Na avaliação de Lisboa, as entidades patronais deveriam ser financiadas pelas empresas, a exemplo do que acontece com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), e não pela contribuição obrigatória.

"Sesc, Sesi, Senai e Senac deveriam ter uma gestão independente, e não precisam de entidades como a Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo], a CNI, a CNC, recebendo uma mesada desses segmentos." O ex-presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, já se manifestou ser contrário aos repasses —boa parte do financiamento da federação vem do Sistema S.

"Os repasses deveriam ser zerados", afirma Gomes da Silva. "De vez em quando tem um político que diz: vamos sentar a faca

no Sistema S, porque provavelmente acha que existem desperdícios. Esses desperdícios estão principalmente na taxa de administração, que é legal, mas não se trata desse recurso com transparência", defende.

Procurada, a CNI afirmou que não há obrigação legal de prestação de contas pelas confederações e federações quanto aos repasses recebidos do Sesi e do Sesi, e que estes têm natureza remuneratória, recebidos a título de administração superior dos serviços.

"O próprio Tribunal de Contas da União (TCU) já reconheceu que, na ausência de lei, tais entidades somente prestam contas em casos excepcionais, como denúncias ou representações", afirmou em nota.

Para a entidade, os recursos são privados, e sobre eles não se aplica controle estatal, sob pena de violação da liberdade sindical prevista na Constituição. Os serviços sociais, afirmou, "são totalmente transparentes no uso dos recursos da contribuição compulsória".

Ainda segundo a entidade, a CNI já se manifestou ao grupo de trabalho instituído pelo MTE e apontou que o TCU reconheceu que não pode exigir a prestação de contas pelas confederações e federações, a não ser em caso de denúncias.

"O Ministério do Trabalho, em rigor, não tem competência para regular o assunto porque é

alheio ao registro e à unicidade sindical."

Em nota, a CNC afirmou que exerce, há mais de sete décadas, a gestão superior do Sesc e do Senac, "instituições amplamente reconhecidas por sua contribuição social e educacional ao país."

"Ao longo desse período, as entidades de serviços sociais autônomas do comércio têm sua atuação e a aplicação de seus recursos submetidas a fiscalização permanente", afirmou. "Conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, os recursos dessas entidades deixam de ter natureza pública quando incorporados aos seus patrimônios."

A entidade também afirmou que o próprio TCU já se manifestou sobre a legalidade dos valores destinados à administração superior das entidades. "Por essa razão, a presente solicitação para que o Poder Executivo avalie a adoção de normas infralegais sobre o tema suscita dúvidas quanto à sua necessidade e adequação jurídica."

Procurado pela reportagem, o TCU não se pronunciou. Em nota, o MTE afirmou que o grupo de trabalho já foi instituído e tem prazo de 90 dias, prorrogáveis, para finalizar o trabalho.

"Após 10 dias do término dos trabalhos, o coordenador apresentará relatório final ao ministro Luiz Marinho, que se posicionará sobre o resultado." (Folhapress)

Doenças afastaram 4,1 milhões de trabalhadores de suas funções em 2025

Mais de 4,12 milhões de trabalhadores tiveram que se afastar temporariamente de suas funções, no Brasil, em 2025, por motivos de saúde. Contabilizado pelo Ministério da Previdência Social, o número de licenças laborais por incapacidade temporária é o maior desde 2021, e 15% superior aos pouco mais de 3,58 milhões de casos registrados em 2024.

Pelo terceiro ano consecutivo, as dores nas costas lideraram o ranking das doenças e transtornos que exigiram o pagamento de benefícios assistenciais por incapacidade temporária no país. Só as queixas relacionadas à dor lombar (CID M54) forçaram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a auxiliar a 237.113 trabalhadores formais forçados a se afastar de seus empregos por mais

de 15 dias. Em 2024, a dor lombar também ocupou o topo da lista, com 205.142 casos.

Em segundo lugar geral, no ano passado, ficaram as lesões ou desgastes dos discos intervertebrais (CID M51), como as hérnias de disco, que, em 2025, totalizaram 208.727 casos. Na sequência, aparecem as faturas da perna, incluindo de tornozelos (CID S82), que somaram 179.743 registros. Nos dois casos, os resultados foram piores que os registrados em 2024, quando o INSS concedeu, respectivamente, 172.452 e 147.665 benefícios.

Em 2025, a quarta e a sexta posição do ranking geral das doenças e transtornos incapacitantes foram ocupadas por agravos mentais e comportamentais, como a ansiedade em suas diferentes manifestações (F41), que geraram a concessão de 166.489



Foto: Marcela Costa/Ally

benefícios, e os episódios depressivos (126.608). Também nestes casos, os afastamentos laborais vêm crescendo ano após ano: em 2024, por exemplo, eles totalizaram 141.414 e 113.604 registros, respectivamente.

Gênero

Considerando o recorte de

gênero, sempre há diferenças na ordem das doenças e transtornos que mais geraram benefícios por incapacidade temporária. Em 2025, enquanto a maioria das mulheres (121.586) teve que se afastar do serviço por dores na coluna, a maior parcela (116.235) dos homens foi impedida de trabalhar por ter fraturado as per-

nas e/ou o tornozelo.

No caso das mulheres, em segundo lugar, aparecem os transtornos ansiosos (118.517), seguidos pelas lesões ou desgastes dos discos intervertebrais (98.305). Já no caso dos homens, em segundo fica a dor lombar (115.527) e, em terceiro lugar, também as lesões ou desgastes dos discos intervertebrais (110.422), como as hérnias.

Dos 4.126.112 benefícios que o INSS concedeu em 2025, mais de 2,10 milhões foram para trabalhadoras formais seguradas e pouco mais de 2,02 milhões para homens.

Auxílio

O Auxílio por incapacidade temporária, antes conhecido como Auxílio-doença, é um benefício federal concedido ao segurado do INSS que comprove,

em perícia médica, estar incapacitado de executar seu trabalho ou atividade laboral habitual por mais de 15 dias consecutivos, devido a uma doença ou acidente.

Em geral, a concessão do auxílio é precedida por uma perícia médica, que pode ser presencial ou realizada por meio da análise documental. A avaliação pericial poderá concluir tanto pela incapacidade temporária podendo gerar o Benefício por Incapacidade Temporária (Auxílio-Doença) ou a Incapacidade Permanente podendo gerar o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente (Aposentadoria por Invalidez).

Para solicitar o benefício, o trabalhador segurado do INSS pode acessar a plataforma meu.inss.gov.br ou ligar, gratuitamente, para 135 (Agência Brasil).

Mais uma empresa obtém liminar contra nova regra do vale-alimentação



Foto: Guilherme Tassinari/Ally

Pela terceira vez nos últimos seis dias, uma grande empresa no setor de vale-alimentação e refeição obteve liminar contra o decreto que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Justiça Federal de São Paulo concedeu na terça-feira (27) uma liminar à Pluxee que suspende qualquer fiscalização ou aplicação de punições pelo governo federal à empresa.

A companhia soma-se à Ticket e à VR, outras grandes empresas do setor, que haviam obtido liminares semelhantes. As novas regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foram estabelecidas por decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em novembro do ano passado.

A decisão favorável à Pluxee foi do juiz Guilherme Marquês de Castro Nunes, da 10ª Vara Cível Federal. Segundo o magistrado, o uso de mecanismos estatais de controle de preços e a interferência direta na estrutura de custos e em contratos firmados entre empresas privadas podem violar os princípios da legalidade e da liberdade econômica.

O juiz também apontou que a aplicação imediata das novas regras a contratos já em vigor gera insegurança jurídica e restringe indevidamente a autonomia das partes. Todas as decisões têm caráter provisório e ainda podem ser contestadas pela União.

Teto de taxas

O decreto do governo federal fixou um teto de 3,6% para as taxas cobradas pelas empresas de vale-refeição e vale-alimentação de supermercados e restaurantes, além de reduzir de 30 para 15 dias o prazo máximo para o repasse dos valores aos estabelecimentos. Até então, nem taxas nem prazos eram regulamentados no PAT.

A norma também limita a ta-

rifa de intercâmbio a 2%, proíbe cobranças adicionais, estabelece um prazo de 90 dias para adaptação das empresas e determina a interoperabilidade total entre bandeiras. Em até um ano, qualquer cartão de benefício deverá ser aceito em todas as maquininhas de pagamento.

Versão da empresa

Em nota, a Pluxee afirmou ver a decisão de forma positiva, por garantir a continuidade das operações e evitar impactos imediatos no ecossistema de benefícios de alimentação e refeição. Segundo a empresa, a liminar "refirma princípios fundamentais como a legalidade, a livre iniciativa, a segurança jurídica e a proteção dos contratos vigentes".

O Ministério do Trabalho e Emprego informou que ainda não foi oficialmente notificado da decisão, mas afirmou que irá recorrer assim que houver a comunicação formal.

Embate

As decisões judiciais vêm em meio à disputa entre o governo e as principais operadoras do setor sobre a regulamentação do PAT. A lei que embasou o decreto, aprovada pelo Congresso em 2022, tinha como objetivo ampliar a concorrência e reduzir custos no mercado de benefícios. Segundo as empresas, porém, o decreto teria extrapolado os limites legais ao impor regras não previstas no texto aprovado pelo Legislativo.

Enquanto empresas mais novas no setor, como iFood, Caju, Flash e Swile, apoiaram as mudanças, as operadoras tradicionais, que concentram cerca de 80% do mercado, posicionaram-se contra pontos centrais da norma. A discussão segue para as próximas etapas do processo judicial. (Agência Brasil)

Dino dá prazo para estados e municípios explicarem emendas para Perse

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou na terça-feira (27) que estados e municípios prestem contas em até 30 dias sobre os beneficiários finais de emendas parlamentares aplicadas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O não envio das informações no prazo estipulado "ensinará a adoção de medidas coercitivas cabíveis, sem prejuízo da apuração da responsabilidade dos agentes públicos omissos", alertou o ministro.

Dino é relator de uma série de ações sobre emendas parlamentares, incluindo as chamadas emendas Pix, transferências diretas aos cofres de estados e municípios por indicação de algum parlamentar. Em 2022, o Supremo decidiu que tais emendas são inconstitucionais e impôs uma série de critérios de transparência e rastreabilidade como condição para a liberação dos recursos.

Como responsável da ação,

Dino agora supervisiona a regularização de emendas parlamentares que ainda não permitiam identificar os beneficiários finais do dinheiro. Nesse contexto, desde março do ano passado o ministro busca mais informações a respeito das emendas aplicadas no Perse, mas sempre esbarrando na falta de informações por parte dos municípios e estados.

A não apresentação de relatórios já cobrados anteriormente "compromete deveres básicos de transparência e rastreabilidade dos recursos oriundos de emendas parlamentares", escreveu o ministro na decisão desta terça-feira.

O ministro destacou ainda que, das informações já recebidas, algumas dão conta de renúncias fiscais que chegam a R\$ 34 milhões para uma única empresa. Diante disso, a omissão dos municípios e estados envolvidos em apresentar esclarecimentos é "circunstância que se revela ainda mais grave diante dos vultuosos valores envolvidos a título de



Foto: Antonio Augusto/STF

renúncia fiscal, os quais impactam diretamente o equilíbrio das contas públicas e a própria capacidade de planejamento estatal".

Em março, Dino havia determinado ao Ministério do Turismo e à Advocacia-Geral da União (AGU) que colhessem todas as informações necessárias para garantir a rastreabilidade e a transparência das emendas direcionadas ao Perse. Os órgãos responderam, contudo, que não poderiam cumprir a decisão,

pois não haviam recebido os relatórios necessários dos entes subnacionais.

O Perse foi criado no contexto da pandemia da covid-19, que paralisou o setor de eventos. Por meio do programa, foram concedidas isenções fiscais para as empresas do ramo. Após o fim da emergência sanitária, entretanto, o governo precisou entrar em disputa com o Congresso para descontinuar o programa. (Agência Brasil)

Justiça de SC suspende lei que proibiu cotas raciais nas universidades

A Justiça de Santa Catarina decidiu na terça-feira (27) suspender a lei estadual que proibiu a reserva de cotas raciais para ingresso de estudantes em instituições de ensino que recebem verbas públicas do estado.

A medida suspende a eficácia da Lei 19.722/2026, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e sancionada pelo governador Jorgeinho Melo.

A norma permite a reserva de vagas somente para pessoas com deficiência, alunos oriundos de escolas públicas ou com base em critérios exclusivamente econômicos.

A decisão foi proferida pela desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Rita e atendeu ao pedido de suspensão feito pelo diretório estadual do PSOL.

A magistrada entendeu que a lei deve ser suspensa porque o

Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a constitucionalidade das ações afirmativas de cotas raciais nas universidades.

"A proibição legislativa genérica e desvinculada de avaliação concreta de necessidade ou adequação revela-se, ao menos em juízo de cognição sumária, dissonante da interpretação constitucional já consolidada", disse a desembargadora.

O caso também foi parar no Supremo. Ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades protocolaram ações de inconstitucionalidade contra a proibição de cotas no estado.

Mais cedo, o ministro Gilmar Mendes, relator dos processos, deu prazo de 48 horas para o governo de Santa Catarina se manifestar sobre a validade da lei. (Agência Brasil)

Ação civil pública acusa XP, BTG e Nubank de omitir riscos em CDBs do Banco Master

afirma o documento.

Procurado, o Nubank informou que a oferta de novos CDBs do Banco Master foi encerrada em 2024 e que todas as suas atividades observam rigorosamente as normas regulatórias vigentes. BTG Pactual e XP disseram que não irão comentar o tema.

Embora os CDBs fossem emitidos pelo próprio Banco Master, a distribuição aos investidores ocorria majoritariamente por meio de corretoras e plataformas de investimento. Sem uma rede relevante de atendimento, o banco dependia desses intermediários para captar recursos, o que reforça o papel dessas instituições na comercialização dos ativos.

Segundo a ação, os CDBs continuaram a ser promovidos apesar de "sinais evidentes de deterioração financeira e irregularidades graves que culminaram na intervenção do Banco Central". O texto também afirma que não foram esclarecidas as limitações do FGC, que garante o ressarcimento de até R\$ 250 mil por conglomerado financeiro, e não por instituição individual.

Como o Will Bank foi incorporado ao grupo Master em 2024, investidores com aplicações em ambas as instituições descobri-

ram, após a liquidação, que parte do capital não estava protegida, alega o documento.

O pedido é de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões. Segundo o processo, a quantia tem caráter pedagógico e leva em conta o porte das plataformas, o número de investidores afetados e o dano sistêmico. A ação sugere a divisão proporcional do valor, com 65% a serem pagos pela XP, 25% pelo BTG e 10% pelo Nubank.

Também é solicitada a interrupção imediata de campanhas que utilizem a proteção do FGC como argumento comercial e de publicidade que classifique CDBs como "de baixíssimo risco", com a exigência de explicitação clara dos riscos envolvidos. O Banco Master foi liquidado em novembro de 2025, após o controlador Daniel Vercorser ser preso pela Polícia Federal. Na semana passada, o Will Bank, banco digital do grupo, passou pelo mesmo processo depois de permanecer desde novembro sob regime de administração especial temporária.

A liquidação do Banco Master deve reembolsar R\$ 41 bilhões a cerca de 1,6 milhão de credores, na maior operação de resga-

te da história do FGC. A estimativa é de que o fundo pague R\$ 6,3 bilhões a clientes do Will Bank.

"A ação demonstra que as corretoras utilizaram o Fundo Garantidor como uma estratégia de marketing para vender uma percepção de 'risco zero'", afirma Sérgio Antunes, advogado que representa o Abreacred.

Segundo ele, a iniciativa busca pôr fim a práticas abusivas que tornaram o mercado inseguro para o investidor pessoa física. "Esperamos que a Justiça estabeleça um novo padrão de conduta, obrigando as instituições a expor o risco real, sem o 'rescu-do' de marketing de fundos garantidores", diz.

Para Daniel Vilas Boas, sócio do VLF Advogados, o processo tem caráter indenizatório. "O objetivo é compensar esses consumidores e obrigar as instituições a prestar garantias para efetuar o pagamento", afirma.

Ele avalia que uma decisão favorável ao Abreacred pode ter impacto amplo sobre o setor financeiro. "Impõe responsabilidade quando não há informação adequada ou quando o consumidor é induzido a adquirir um produto que não oferece a segurança esperada". (Folhapress)